

ERIK OLIN WRIGHT E AS POSSIBILIDADES DO TURISMO PÓS-CAPITALISTA

ERIK OLIN WRIGHT AND THE POSSIBILITIES OF POST-CAPITALIST TOURISM

ERIK OLIN WRIGHT Y LAS POSIBILIDADES DEL TURISMO POSCAPITALISTA

DOSSIE

Ernest Cañada Mullor

Investigador pós-doutorado, Universidade das Ilhas Baleares

Coordenador do Alba Sud

ernest@albasud.org

Espanha

ORCID: 0000-0001-6086-1644

Texto recebido aos 01/05/2023 e aprovado aos 01/06/2023

Resumo

O pensamento do sociólogo marxista americano Erik Olin Wright sobre as possibilidades de erosão do capitalismo e sua transformação para novas formas de organização social de caráter emancipatório, serve de base para pensar as possibilidades do turismo pós-capitalista. As diferentes estratégias para direcionar a ação coletiva sugeridas por Wright, ajudam a organizar uma série de propostas sobre como intervir para colocar limites ao atual modelo hegemônico de turismo e, por sua vez, em um mundo de recursos finitos, lançar as bases do turismo a serviço das necessidades da maioria da população

Palavras-chave: Erik Olin Wright, proximidade, turismo pós-capitalista.

Abstract

The thinking of the north-American Marxist sociologist Erik Olin Wright about the possibilities of eroding capitalism and its transformation towards new forms of social organisation of an emancipatory nature lays the foundation to see the possibility of post-Capitalist tourism. The different strategies proposed by Wright to run the collective action help to organize diverse



This work is licensed under an Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0) <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

proposals on how to intervene to set limits to the current hegemonic tourism model and, in turn, establish the bases of a tourism design to satisfy the needs of the majority of the population in a world of finite resources.

Keywords: Erik Olin Wright, proximity, post-capitalism tourism.

Resumen

El pensamiento del sociólogo marxista norteamericano Erik Olin Wright sobre las posibilidades de erosión del capitalismo, y su transformación hacia nuevas formas de organización social de carácter emancipatorio, sirve de base para pensar las posibilidades de un turismo poscapitalista. Las distintas estrategias con las que dirigir la acción colectiva sugeridas por Wright ayudan a organizar una serie de propuestas sobre cómo intervenir para poner límites al actual modelo turístico hegemónico y, a su vez, sentar las bases de un turismo al servicio de las necesidades de la mayoría de la población en un mundo de recursos finitos.

Palabras-clave: Erik Olin Wright, proximidad, turismo poscapitalista.

O sociólogo americano Erik Olin Wright (1947-2019) esteve ligado ao que nos anos 1980 ficou conhecido como “marxismo analítico”. Essa corrente pretendeu livrar-se das ambiguidades e imprecisões derivadas da linguagem e das formas de raciocínio da dialética marxista, carregadas de metáforas e expressões retóricas de tradição hegeliana, para substituí-las pelas técnicas metodológicas das ciências sociais de seu tempo para garantir maior rigor e clareza em sua argumentação (FERNÁNDEZ BUEY, 2018). Com essas ferramentas, tentaram abordar algumas das complexidades da sociedade capitalista contemporânea.

No caso de Erik Olin Wright, grande parte de sua obra foi dedicada ao estudo das classes sociais (WRIGHT, 1997, 2015, 2018), entendidas como uma relação baseada na exploração. Nessa análise, havia uma preocupação especial em trazer rigor conceitual ao marxismo influenciado pelo individualismo metodológico. Isso lhe permitiu abordar os obstáculos enfrentados pelos trabalhadores ao agirem juntos contra seus empregadores e por que, conseqüentemente, as resistências coletivas ao capitalismo seriam um fenômeno mais excepcional do que se poderia esperar a priori pelo fato de compartilhar interesses comuns como classe (FRENCH, 2023); ou por que, posteriormente, a precarização foi resultado

de um processo histórico de agressão e enfraquecimento dos trabalhadores, e não a base de uma nova classe social: o precariado, diferenciado e contraposto à classe trabalhadora (WRIGHT, 2016).

Dessa forma, sua análise das classes sociais combinava uma concepção histórica de seu desenvolvimento com a contextualização de sua estrutura e dinâmicas, o que possibilitava aunar esforços de compreensão particulares e comparativos em diferentes partes do mundo (ESTANQUE; NEVES COSTA, 2021).

Embora grande parte de sua atividade intelectual tenha sido dedicada à análise das classes sociais, na última fase de sua vida, ele lançou um enorme programa de pesquisa para identificar possíveis caminhos para “erodir” o capitalismo. Isso o levou a conceituar a proposta das “utopias reais”. Fê-lo num contexto em que o colapso do socialismo real parecia inviabilizar qualquer alternativa ao capitalismo.

Dessa forma, continuava seu esforço de revisão do marxismo enquanto tentava fornecer ferramentas concretas para a intervenção política. Assim, ele identificou, sistematizou, analisou e discutiu dezenas de experiências sociais que pretendiam construir práticas emancipatórias como experimentações promovidas por múltiplos atores em várias partes do mundo. Por fim, deixou como testamento o livro *Como ser*

anticapitalista no século XXI? (2020), para ajudar a repensar a intervenção política emancipatória da mesma forma que *O Manifesto Comunista* de Marx e Engels fez no século XIX (MORENO PESTAÑA, 2022).

Essa coragem intelectual de Erik Olin Wright, beirando a tradição marxista, de construir as bases de uma transição que permita à humanidade sair do pântano em que o capitalismo a colocou, conecta-se com muitas outras tentativas que, sob diferentes perspectivas, e até mesmo divergentes, tentam explorar respostas esperançosas para um futuro pós-capitalista. Juntamente com outras contribuições como as de Paul Mason (2016), J.K. Gibson-Graham (CASELLAS, 2022) ou Kohei Saito (2022), a obra de Erik Olin Wright parece convergir para um certo espírito dos tempos em que se multiplicam os esforços para abrir novos horizontes de intervenção política face à crise cada vez mais aguda e suicida do capitalismo.

A obra de Erik Olin Wright foi amplamente reconhecida em diferentes facetas de sua carreira intelectual e política (BURAWOY, 2020; MORENO PESTAÑA, 2022). Em uma de suas últimas postagens em

seu blog pessoal datado de 18 de janeiro de 2019, ele escreveu:

Acredito que minha tentativa obstinada de revitalizar a tradição marxista e torná-la mais relevante para a justiça e a transformação social de hoje é baseada em uma visão cientificamente válida de como o mundo funciona. Mas eu não teria sido capaz de perseguir esse conjunto de ideias se não tivesse feito parte de um ambiente social onde essas ideias eram debatidas e relacionadas a movimentos sociais de forma mais ou menos bem-sucedida (WRIGHT, 2019, N.P, tradução nossa)¹.

Suas palavras dão conta daquela que era uma de suas aspirações vitais: construir uma ciência social emancipatória. Trata-se de:

(...) gerar conhecimento científico relevante para o projeto coletivo de questionamento das diversas formas de opressão humana, o que implica fazer um diagnóstico e uma crítica sistemática do mundo como ele é; imaginar alternativas viáveis; e compreender os obstáculos, possibilidades e dilemas da transformação (WRIGHT, 2014, p.27, tradução nossa)².

No presente texto, propõe-se uma leitura instrumental, a partir de seu pensamento sobre as "utopias reais", para poder abordar a discussão sobre como propor alternativas ecossocialistas a um dos problemas fundamentais do capitalismo contemporâneo: o peso crescente da expansão

¹ “ I think my dogged attempt to revitalize the Marxist tradition and make it more deeply relevant to social justice and social transformation today is grounded in a scientifically valid understanding of how the world actually works. But without being embedded in a social milieu where those ideas were debated and linked in both sensible and misguided ways to social movements, I would never have been able to pursue this particular set of ideas.”

²“(…) generar conocimiento científico pertinente para el proyecto colectivo de cuestionar diversas formas de opresión humana, lo cual entraña elaborar un diagnóstico y crítica sistemáticos del mundo como es; imaginar alternativas viables; y comprender los obstáculos, posibilidades y dilemas de la transformación.”

do turismo nos territórios e seus efeitos na sociedade como um todo.

A partir de perspectivas anticapitalistas, o que fazer com o turismo?

Nos últimos anos, ganhou força o debate sobre como lidar com os impactos gerados pela turistificação global e a necessidade de construir alternativas desejáveis (FLETCHER ET AL., 2021). A evidência de que a recuperação econômica após a pandemia de COVID-19 se traduziu em um aumento da pressão dos capitais ligados ao turismo e em uma maior agressividade em suas demandas, deixou para trás qualquer esperança sobre as possibilidades de uma mudança voluntária daqueles que dominam a atividade, se é que tal ideia já fez sentido.

Em vários territórios do planeta sofremos os efeitos da turistificação e na interna dos movimentos sociais sabemos bem o que rejeitamos. Mas até que ponto temos capacidade para propor outros horizontes nos quais o lazer, a recreação e o turismo possam estar presentes sob outras lógicas, ao serviço das necessidades da maioria da população e não do capital? Este é o enquadramento em que acreditamos ser necessário situar o atual debate político sobre o turismo: entre a rejeição do capitalismo e a proposição de futuros desejáveis. No entanto, é possível imaginar alternativas de produção e consumo do turismo fora dos marcos hegemônicos

impostos pelo capitalismo? Que sentido tem esta questão numa perspectiva política que se define como anticapitalista e que aspira a uma transformação social em sentido emancipatório? Em que termos esse debate deve ser abordado e como o trabalho de Erik Olin Wright pode ajudar-nos?

As discussões sobre a construção de alternativas não podem ser abordadas sem levar em conta e analisar criticamente o contexto no qual devem ser desenvolvidas. Da mesma forma, o turismo, organizado hegemonicamente sob o capitalismo, foi e é um poderoso mecanismo global de acumulação e reprodução do capital (CAÑADA; MURRAY, 2019). Por isso, dá origem a processos de exploração e desapropriação que envolvem múltiplas formas de violência (DEVINE; OJEDA, 2017).

O turismo é fundamentalmente isso. Este é o nosso contexto. Por sua vez, coincide com um ambiente de múltiplas emergências – climática, energética, social, de crescentes tensões geopolíticas, entre outras –, que têm sido caracterizadas como policrise (TOOZE, 2022) pela interligação de diferentes problemas e pelas reações em cadeia que acarretam, e onde o turismo também é parte ativa.

Por outro lado, nem todas as formas aparentemente alternativas de organização da atividade turística respondem a objetivos

emancipatórios. Discursos sobre sustentabilidade, responsabilidade ou regeneração no turismo também podem ser reivindicados pelo capital porque não questionam ou entram em conflito com sua lógica de crescimento e reprodução. Frequentemente, encontramos experiências que, ao contrário, são funcionais ao desenvolvimento capitalista, concebidas como ofertas complementares, para nichos de mercado específicos, em um quadro produtivo pós-fordista (IOANNIDES; DEBBAGE, 1997). Ou, ainda que organizadas sob outros objetivos, são pequenas e insuficientemente articuladas para sustentar uma contraproposta em escala significativa. Esta é a questão fundamental que devemos enfrentar no momento: o que fazer com o turismo em nossas sociedades.

Um elefante branco na sala

Quando perguntada se, além da resistência, pode haver um turismo pós-capitalista, a esquerda não tem resposta ou é negativa. Além disso, ela questiona a necessidade do debate, e até mesmo o seu significado. Na realidade, essas posições políticas têm um problema com o turismo, identificando-o como uma questão menor, até mesmo frívola, quando na verdade, progressivamente vem desempenhando um papel cada vez mais importante na globalização capitalista. A esquerda, de modo geral, chegou atrasada e mal nessa discussão,

com o pé esquerdo, porque não tem uma proposta concreta a defender. Embora os maiores absurdos sempre possam ser propostos na campanha eleitoral, porque os programas aguentam tudo.

De um modo geral, a esquerda não entende que uma alternativa turística possa ser pensada, porque o turismo é concebido como um mecanismo de reprodução do capital e naturalizado nos termos hegemônicos atuais. Só poderia ser o que é, porque é um produto do capitalismo e, portanto, "um dos nomes do poder", como já foi dito.

Essa abordagem é correta para entender o que é o turismo sob o modo capitalista atual. Isso ajuda a estimular a resistência aos processos de exploração e desapropriação. Da mesma forma, essa desconfiança possibilita questionar os discursos do capital turístico e seus *lobbies* quando, a partir de abordagens supostamente alternativas, são propostos artefatos conceituais que, na realidade, estão a serviço de sua reprodução. Sentimo-nos parte desse posicionamento, mas ao mesmo tempo reconhecemos seus limites.

No entanto, qual é o problema de naturalizar o turismo apenas como uma criação capitalista? Em primeiro lugar, assume a hegemonia do capitalismo como única forma de organização da vida social. Assim, muitas vezes se generaliza a ideia de que é mais fácil imaginar o fim do mundo do

que o fim do capitalismo, numa espécie de “realismo capitalista” em que nem sequer é possível pensar em alternativas à ordem existente (FISHER, 2016). Por tanto, autolimita o horizonte político da transformação do lazer, da recreação e do turismo numa perspectiva emancipatória; ou seja, com vontade de construir relações sociais não baseadas na opressão. Rejeitamos o capitalismo, mas não sabemos pelo que lutamos concretamente, e isso esvazia nossa resistência, porque não temos alternativa plausível pela qual vale a pena lutar. Assim, a incapacidade de propor outras lógicas na organização turística limita também as aspirações e o programa daquilo que queremos construir, tanto a curto como longo prazo.

Em segundo lugar, a esquerda, quando alcança determinadas posições de poder institucional, não sabe o que fazer com o turismo e limita a sua ação a posições defensivas de tímida contenção, inevitavelmente subjugadas pela dinâmica expansiva do capital, ou, pior, tenta apaziguar o conflito turístico para que não o desgaste e o prejudique na próxima eleição. Consequentemente, não consegue construir um programa concreto de proteção social contra a desordem causada pelo capitalismo. Além disso, é incapaz de acompanhar as lutas trabalhistas dos trabalhadores do turismo, pois nega seu sentido e acaba vivendo essa tensão

de forma incômoda. Por outro lado, encontra-se desconectada das demandas e necessidades de uma grande maioria da população que legitimamente aspira usufruir de espaços de lazer, recreio e turismo.

Em terceiro lugar, faz uma leitura abreviada da realidade, pois ignora práticas específicas que, embora desconexas e fragmentárias, já sustentam formas de produção e consumo turístico que não respondem às necessidades do capital, mas de amplas maiorias sociais. Isso significa também que a esquerda tem grandes dificuldades em construir alianças sociais amplas entre setores que resistem às dinâmicas de exploração e espoliação, junto com aqueles que já constroem outras formas de prática turística.

Por outro lado, em diferentes áreas estão sendo desenvolvidas alternativas turísticas que tentam funcionar fora da dinâmica do capital. Nesses casos, foram possíveis de serem reivindicadas por certos setores da esquerda, na medida em que carregam uma clara intenção política, embora raramente sejam chamadas de turismo. São, por exemplo, viagens a zonas de conflito onde se exerce ação solidária e se denuncia situações de opressão (GASCÓN, 2009) ou ainda, espaços que combinam ação político-cultural com descanso. São propostas reconhecidas e reivindicadas porque, mais do que defenderem o seu próprio projeto

turístico, constituem instrumentos de intervenção social e de construção de identidade política. Este tipo de iniciativas pode ter múltiplos efeitos virtuosos, tanto no campo da ação política como no da dinamização sociocultural, e também no plano da formação em gestão concreta. No entanto, ainda são experiências de alcance limitado, que também correm o risco de encapsular a esquerda em espaços de conforto que reproduzem dinâmicas identitárias endogâmicas.

Construindo utopias reais: rumo a um turismo pós-capitalista

Então, como abordar o debate sobre a possibilidade de um turismo pós-capitalista? Quais enfoques poderiam ser úteis para seguir em frente? Precisamos de uma proposta que consiga unir diferentes tipos de iniciativas em torno ao turismo, sob uma perspectiva integradora, que abra horizontes de esperança e que, ao mesmo tempo, ponha fim à atual dinâmica de exploração, expropriação e exclusão que se produz através do turismo.

O pós-capitalismo não seria simplesmente o que vem depois, mas o que se constrói contra ou sob outros princípios. E é aqui que pode ser de especial interesse o diálogo com Erik Olin Wright sobre sua proposta de utopias reais, entendidas como experiências alternativas desejáveis (que valem a pena), viáveis (que se realizadas, teriam consequências emancipadoras) e

factíveis (que podem ser feitas em termos práticos) (WRIGHT, 2018). São experiências plurais, desenvolvidas nos interstícios do próprio capitalismo, que prefiguram uma possibilidade de mudança (MLADENOVIC, 2022). A compreensão da complexidade e a pluralidade do capitalismo, como formação social, permitiu a Wright reconhecer as brechas dentro do próprio sistema. O seu reconhecimento é possível a partir de três grupos de valores, a partir dos quais, assenta uma crítica moral ao capitalismo: justiça/igualdade, democracia/liberdade e comunidade/solidariedade (ESTANQUE; NEVES COSTA, 2021).

Erik Olin Wright, partiu da questão de como avançar em sentido emancipatório e defendeu a possibilidade de “produzir transformações sociais desejáveis por meio da ação intencional e deliberada” (WRIGHT, 2020, p.53), contra o pensamento que nega alternativas à ordem estabelecida, no âmbito da tradição marxista. Isso implica reconhecer as diferentes lógicas estratégicas nas lutas anticapitalistas, para avaliá-las historicamente e para construir uma perspectiva que oriente a ação política.

Como ponto de partida para seu argumento, Wright questionava a ideia de revolução como forma de transformação social, um dos grandes paradigmas da esquerda desde o século XIX. Em sua proposta de linhas estratégicas para uma

política anticapitalista, ele denomina o caminho revolucionário como "capitalismo esmagador"; ou seja, a vontade de que profundas mudanças sociais possam ser produzidas após a derrubada violenta do regime e tomada do poder.

No entanto, o autor de *Como ser anticapitalista no século XXI?* rejeita esta opção à luz da sua experiência histórica vivida, com processos revolucionários triunfantes que deram origem a novos regimes que, longe dos ideais emancipatórios que os inspiraram, foram contraproducentes aos seus propósitos e até, em alguns casos, piores.

Os processos revolucionários intrinsecamente violentos, submetidos a fortes pressões, dentro e fora do país, agravaram a polarização política e estagnaram ainda mais a situação e a possibilidade de resolução dos problemas específicos daquelas sociedades, tornando inviável este caminho de transformação (MORENO PESTAÑA, 2022).

Assumimos essa visão, mas também duvidamos da possibilidade de desconsiderar completamente a ideia de revolução, especialmente se a concebemos em termos de um movimento defensivo, no sentido apontado por Walter Benjamin. A partir de sua contestação da visão da história da humanidade, como um progresso contínuo que, em sua variante esquerdista, pode ser acelerado por meio de saltos revolucionários, o filósofo alemão defendia uma concepção de

revolução como um freio de emergência diante da natureza destrutiva do capitalismo (BENJAMIN, 2008). Provavelmente, não podemos mais sustentar que o caminho de uma transformação social radical possa ser pensado, nem desejado, como um movimento ofensivo para a tomada do poder, após um momento insurrecional, sem o acúmulo prévio de estruturas sociais, que avancem a organização social desejada.

Mas também não podemos renunciar a que, em contextos de colapso e falência do sistema, que se agravam numa conjuntura de polícrise, com a extensão do sofrimento para baixo, não devemos ou não podemos assumir o poder. Por isso, priorizamos construir alternativas às lógicas do capitalismo a partir de múltiplos espaços, sem abandonar a ideia de que em determinado momento é preciso apostar na tomada do poder como reação defensiva contra a deriva suicida que permeia o capitalismo e que nos leva ao abismo (FETSCHER, 1988).

Tendo abandonado a ideia de revolução, da qual não necessariamente compartilhamos totalmente, Wright aponta as possibilidades de avançar em outras direções, que historicamente também estiveram no cerne do pensamento e da ação da esquerda, em uma lógica que ele caracteriza como "erosão do capitalismo", à semelhança da passagem histórica do feudalismo para o capitalismo. Como formação social, no

capitalismo nem tudo é funcional à lógica de reprodução do capital, mas nele é possível identificar traços do que foram outros modos de produção e, ao mesmo tempo, há expressões do que poderia vir a ser outro modo de produção. A partir das mudanças concretas que já estão ocorrendo no capitalismo, por meio de diferentes ações estratégicas articuladas (Wright, 2020), seria possível imaginar um horizonte de transformação, que também nos permitiria repensar o papel do turismo. Especificamente, as lógicas estratégicas identificadas por Wright, além de esmagar o capitalismo, são:

a) *Desmantelar o capitalismo.*

Esta estratégia supõe que é possível avançar para uma alternativa socialista baseada na intervenção do Estado, com reformas que introduzam progressivamente mudanças, em sentido emancipatório. No fundo, são intervenções que fortalecem o setor público para superar a lógica capitalista.

No campo do turismo, isso poderia significar o fortalecimento de políticas públicas que permitam aos setores excluídos, por razões econômicas ou outras, o acesso ao turismo. Uma das formas básicas tem sido o turismo social. A expansão de uma oferta pública diversificada é estratégica para satisfazer as necessidades de um número crescente de pessoas, que não podem tirar férias, e que assim vêm as suas opções de lazer, descanso e saúde prejudicadas. Mas

serviria também para garantir a atividade econômica num contexto em que a diminuição do turismo internacional, por razões climáticas e energéticas, conduz a um agravamento da instabilidade laboral. Porém, apostar no turismo social, por sua vez, implica entrar na disputa por seus objetivos e diretrizes práticas diante da contradição existente entre aqueles que o concebem apenas como mais um nicho de mercado e, portanto, como uma oportunidade de negócio; e entre os que defendem a oportunidade que representa para responder às necessidades sociais (SCHENKEL; CAÑADA, 2021).

Para além da oferta gerida diretamente pelo setor público, esta expansão do turismo socializado poderia ser complementada e articulada com as iniciativas promovidas por organizações sindicais ou associações da Economia Social Solidária (ESS), que poderiam contar com o apoio do setor público. Sobre isto, a esquerda tem uma longa tradição a reivindicar e na qual se reconhecer para construir uma oferta turística própria, diferenciada da natureza do capitalismo.

Da mesma forma, vale a pena pensar numa iniciativa pública que diminua processos intensos de turistificação e, ao mesmo tempo, contribua para um reequilíbrio territorial através de um turismo que beneficie os setores populares, tanto ao nível da oferta como da demanda. Por exemplo, uma possibilidade seria promover alianças rural-

cidade com um turismo de proximidade integrado a uma estratégia de conservação de coexistência (BÜSCHER; FLETCHER, 2022). A sobrefrequência do meio rural, acentuada pela pandemia de COVID-19, tem revelado múltiplos problemas na gestão dos espaços naturais/rurais, que não podem ser resolvidos pelos modelos tradicionais de conservação nem pelas novas tendências, que procuram reforçar o seu isolamento ou a sua mercantilização.

Neste contexto, é necessário repensar a separação entre a natureza e o mundo urbano, promovendo uma maior integração, com uma melhor oferta de transportes públicos, e também com a naturalização de áreas metropolitanas que sirvam de espaços de lazer para a maioria da população. Da mesma forma, tendo o agroturismo como mecanismo de mediação, os vínculos comerciais diretos entre o setor agroalimentar e a população urbana devem ser fortalecidos. Neste caso, o turismo poderia servir não só como mecanismo de diversificação das fontes de renda, mas também como motor da produção, garantindo circuitos curtos de comercialização assentes numa ligação direta com potenciais clientes. Para a promoção e consolidação de iniciativas desta natureza, o setor público é estratégico e é a partir dele que se pode avançar em reformas que contribuam para sustentar uma outra forma de organizar e usufruir do turismo.

b) Domar o capitalismo.

Isso implica na construção de instituições e ações políticas que possam contrabalançar a dinâmica do capitalismo e tentar neutralizar seus danos. Para isso, seria necessário, por parte do Estado, ampliar a regulação e o controle sobre a empresa capitalista. A imposição de normas, que regulam o capital, não têm necessariamente um caráter anticapitalista, mas também podem estabilizar o sistema. De fato, é um papel comum desempenhado pelo Estado para evitar situações de colapso. Mas, segundo Wright, serve sobretudo para contrariar os seus efeitos mais negativos, corrigindo dinâmicas de vulnerabilidade e desigualdade.

Na perspectiva do turismo, por exemplo, isto implicaria fundamentalmente reforçar os mecanismos de regulação e controlo do capital da oferta que pode ser feita num determinado território em alojamento, restauração ou atividades recreativas, através do endurecimento dos sistemas de fiscalização (ambiental, fiscal ou trabalhista), bem como nos instrumentos consultivos em defesa dos direitos fundamentais em relação à atuação das empresas, dentro e fora delas. Por sua vez, isso implicaria reduzir significativamente, e até retirar, todo o sistema de apoios públicos a estas empresas em matérias como promoção, combustível, projetos de renovação das suas instalações ou a expansão das infraestruturas (especialmente

portos e aeroportos, mas também as que necessitam o aumento da demanda de recursos como a água ou energia elétrica).

Uma peça chave desta estratégia é a reestruturação do sistema de governação entre o capital turístico e o Estado, especialmente nas formas de colaboração público-privada, de modo que seja possível orientar a ação pública para o decréscimo nas áreas mais turistificadas, ao mesmo tempo, encaminhar a política e os recursos públicos para as necessidades da maioria social, por meio de ações voltadas para o desmonte do capitalismo.

c) Resistir ao capitalismo.

Aqui a estratégia consiste em tentar influenciar o Estado para neutralizar os danos do capitalismo, por meio da ação coletiva de movimentos sociais como sindicatos, associações de moradores ou organizações ambientalistas. São lutas que não pretendem efetivar-se com o poder do Estado, mas sim condicionar a sua ação, além de recorrerem diretamente às estruturas empresariais para reverter a sua ação.

Em termos turísticos, se apelaria à necessidade de sustentar a resistência à desordem capitalista a partir da resistência comunitária, de moradores de bairros, ecologistas, mas também sindicais, e construir pontes entre elas. Por exemplo, quando os sindicatos exigem melhores salários, regulamentação da jornada de trabalho,

redução do trabalho temporário ou fim da terceirização, eles questionam e tentam negociar com as empresas, enquanto recorrem ao Estado em seu conflito com o capital. A associação de moradores confronta-se com os donos das casas e com os órgãos do Estado que garantem os interesses do capital sobre os direitos fundamentais. Mas o Estado também é solicitado para proteger as moradias contra deslocamentos causados pela turistificação ou ainda, o controle de grupos de turistas em espaços públicos de algumas cidades, para garantir seu acesso. No movimento ambientalista, as renovadas lutas contra as infraestruturas de mobilidade dirigem-se também ao Estado e à sua política de favorecimento do capital. Na realidade, todas essas ações, muitas vezes desconectadas umas das outras, não servem apenas aos que estão diretamente envolvidos, mas à sociedade como um todo, razão pela qual constituem um mecanismo básico de contenção das aspirações de reprodução do capital.

d) Fugir do capitalismo.

Nesse caso, a intervenção consiste na superação das estruturas capitalistas a partir da construção de alternativas sociais baseadas em outras lógicas. Embora nos três primeiros caminhos estratégicos (desmantelar, domar e resistir) prevalece uma concepção do Estado como a cristalização de uma certa correlação de forças no qual, portanto, acredita-se ser possível influenciar e usar como alavanca de

mudança (FLETCHER et al., 2021). Wright também defende o reconhecimento da força de auto-organização e autonomia que outras formas de produção social, como o cooperativismo, já constroem.

Em relação ao turismo, isso pode significar o fortalecimento de uma oferta assente na Economia Social e Solidária, que prioriza as classes médias e os trabalhadores de proximidade, evitando assim sua elitização. Além disso, a expansão dessa oferta está condicionada à redução da pressão sobre territórios turistificados que apresentam maior concentração da oferta, para desta forma não acentuar problemas já existentes. Mas, ao mesmo tempo, implica revalorizar alternativas turísticas construídas fora do mercado e da proteção do Estado. Há uma diversidade de práticas articuladas a partir da auto-organização que não são encontradas nos circuitos comerciais. Do “domingar” das classes trabalhadoras ao regresso à cidade para férias (conhecido como turismo doméstico da diáspora), e ainda, a utilização de espaços verdes próximos dos locais de residência, que deveriam ser significativamente ampliados.

Erodindo o capitalismo: convergência de lutas

O que poderia significar esse horizonte de transformação socialista proposto por Erik Olin Wright para repensar o turismo? Por um lado, fortalecer os mecanismos de regulação e

controle do capital turístico. De outro, acompanhar e dar coesão à construção de alternativas, tanto do Estado quanto de fora dele, e também à sua margem, que requeiram ou não recursos públicos. Será necessário assumir que todas essas propostas foram concebidas fora da lógica da reprodução do capital, que podem ser diversas e, ao mesmo tempo, deve-se entender que são frágeis, fragmentárias, temporárias, mas que se as pudéssemos ver como um grupo articulado poderíamos construir um movimento com capacidade de reconhecer, apoiar e ser reivindicado como o avanço de um outro turismo possível.

A construção de um horizonte pós-capitalista em termos do turismo, mais do que inventar novas fórmulas, pressupõe um exercício de reconhecimento de práticas sociais que funcionam há muito tempo. Além disso, essas propostas, no atual contexto de crise climática e energética, devem necessariamente ser construídas em proximidade, com aceitação de limites voluntários para não agravar o desastre ecossocial ao qual o capitalismo nos conduz (CAÑADA; IZCARA, 2021). Isto implica que se deve fazer um esforço específico para promover propostas em múltiplas escalas e a partir de diferentes perspectivas.

Nas lutas anticapitalistas, em uma perspectiva de erosão global do capitalismo, essas lógicas estratégicas precisam uma da

outra. Dêmos um exemplo da importância dessa complementaridade em um dos principais conflitos atuais contra o capital turístico: o movimento pela redução da mobilidade internacional de longa distância de avião e cruzeiro, por motivos turísticos. No cenário atual, a redução de viagens em meios de transporte altamente poluentes parece mais do que razoável, embora o capital vinculado a essas atividades acompanhe suas demandas em termos de infraestrutura, fomento e tributação. Embora seja inevitável para o bem da humanidade, não será fácil diminuir drasticamente essa mobilidade.

Em torno desse conflito, é possível identificar como as quatro estratégias apresentadas por Wright podem convergir. Assim, para “domar o capitalismo” é fundamental ter capacidade política para fazer o Estado reverter os planos de expansão da infraestrutura aeroportuária ou proibir seu uso para jatos particulares, como anunciou recentemente que fará o aeroporto de Schiphol em Amsterdã, nos Países Baixos, a partir de 2025 (RODRÍGUEZ, 2023). Na perspectiva de “resistir ao capitalismo”, o papel do movimento ambientalista, rejuvenescido no campo climático, tem sido fundamental ao apontar e pressionar o poder público sobre determinadas demandas e, por sua vez, criar um novo senso comum sobre a falta de lógica de certas práticas de benefício privado sustentadas com recursos públicos. Neste

caso, “fugir ao capitalismo” tem a ver com a possibilidade de reorganizar a oferta turística para a maioria da população, e o seu valor social, em torno da proximidade a propostas diversificadas, que permitam, diariamente, o acesso a locais de lazer e desenvolvimento. Quem sustenta essa possibilidade é em grande parte a auto-organização social. Por fim, “desmantelar o turismo” significa aqui, dispor de políticas públicas que contribuam para reforçar esta oferta de proximidade, com infraestruturas e suportes que permitam consolidar ofertas turísticas para satisfazer as necessidades humanas. Ainda que, a maior parte da sua construção tenha sido realizada fora dos circuitos do capital, este tipo de prática também requer recursos como transportes públicos ou locais adequados e adaptados, que implicam decisões orçamentais por parte do Estado.

No entanto, é também necessário que o acesso a viagens internacionais por motivos turísticos possa ser regulado, sob outras perspectivas. Num contexto de crise climática e energética, a redução da oferta capitalista ajusta-se através do mercado: viaja quem pode pagar mais. Tal como acontece com o acesso aos espaços naturais, a reação é elitizar o consumo turístico.

Numa perspectiva de transformação da atual lógica ecocida, o poder de compra não deveria ser o único mecanismo de regulação. O acesso a lugares distantes deveria ser

resolvido de outra forma. Inevitavelmente, implicaria estadias mais longas que teriam de ser providas de mecanismos de garantia laboral. De forma planejada, também deveria ser regulamentado o número de viagens e a distância que cada pessoa pode percorrer em um determinado período de tempo, com políticas que limitem preços e possibilidades de viagens por meio de outros mecanismos, como sorteios de vagas limitadas, com critérios sociais pré-estabelecidos.

O turismo internacional não foi um meio de democratização, mas uma miragem, a sua redução não deveria levar a uma nova forma de aumentar a desigualdade e a exclusão. Será preciso incorporar vieses de classe e idade, pois as necessidades também são diversas, na reorganização do planejamento de uma mobilidade turística necessariamente descendente. E para tudo isso, é necessário um Estado com capacidade de fazer políticas fora da lógica do capital.

Uma questão de direitos?

Considerar a necessidade de uma transformação pós-capitalista implicaria assumir que o turismo pode ser considerado um direito. Em seu artigo 24, a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que “toda pessoa tem direito ao descanso e ao lazer, inclusive à limitação razoável da duração da jornada de trabalho e às férias periódicas remuneradas”. Aqui não há reconhecimento do turismo como um direito.

Na realidade, organizado sob outras lógicas radicalmente diferentes, é sobretudo um meio através do qual certos direitos humanos podem ser efetivados. Pode sim, concretizar direitos como descanso e tempo livre, ao mesmo tempo em que abre possibilidades de melhoria da saúde e do bem-estar, gerando oportunidades de acesso à cultura, ao conhecimento e até mesmo ao pensamento crítico, podendo também contribuir para a construção de uma pedagogia da memória contra a impunidade face à violação dos mesmos direitos humanos.

Essa possibilidade se baseia em uma história de luta das classes trabalhadoras para liberar o tempo do trabalho assalariado. Primeiro com a jornada de oito horas, depois nas demandas por férias remuneradas, e mais recentemente pelo direito à desconexão. Ainda que, na realidade, cada uma dessas reivindicações nunca tenha sido plenamente alcançada, nem em todos os lugares, nem para todas as pessoas, por isso são recorrentes e, infelizmente, não perdem sua validade. Assumir o controle do próprio tempo, pessoal e coletivo, tem sido um dos grandes eixos da mobilização das classes trabalhadoras ao longo da história do capitalismo. As melhorias nas condições de trabalho conquistadas a partir da década de 30 do século XX, possibilitaram ampliar o tempo disponível e deram origem a processos de institucionalização de políticas públicas em

torno do turismo. Embora com origens e desejos contraditórios segundo os contextos, como forma de satisfação das necessidades da população trabalhadora, mas também como mecanismo de controle do lazer popular, neste tipo de atividade, o turismo social rompeu com o elitismo anterior.

No entanto, o turismo não pode ser considerado um direito em si, como tem defendido a Organização Mundial do Turismo (OMT). O recurso a esse direito é utilizado pela indústria como instrumento de legitimação para se sobrepor a outros direitos, a fim de garantir a reprodução do capital. A prática do turismo é temporariamente delimitada em relação a outras necessidades permanentes, convertidas em direitos humanos, como alimentação, água, saúde ou moradia. Conseqüentemente, seu exercício não pode colocar em risco outros direitos, o que acontece com frequência (GASCÓN, 2019). Mas também não poderia ser universalizado em suas formas de mobilidade de média e longa distância, por curtos períodos. Os limites ecológicos do planeta e a crise climática reorientaram nossas possibilidades como humanidade, dentro de um mundo finito. E diante delas, a ação política fundamental consistirá em organizar a materialização dos direitos nos termos mais igualitários possíveis, corrigindo efetivamente a desigualdade.

Quando esta demanda surge a partir de opções progressistas, com políticas de turismo social ou de apoio a setores comunitários, confundindo turismo com efetiva realização dos direitos humanos, não só se comete um erro conceitual, como se abre a porta para que qualquer tipo de ação turística possa ser legitimada. Ou seja, o erro é político. Por isso, é fundamental uma visão global do fenômeno, para além de uma iniciativa específica ou das fronteiras nacionais. Desta forma, o turismo, mais do que um direito, é um meio que potencialmente, em determinadas circunstâncias, possibilita a garantia dos direitos humanos. A sua avaliação, portanto, nunca pode ser absoluta, mas sim contextual e instrumental, dependendo do seu efeito na afirmação ou ampliação dos direitos humanos. Transformar o turismo como meio de garantir a efetivação dos direitos humanos implica pensar essas atividades sob novas lógicas pós-capitalistas.

Aspiração emancipatória

Abrir a perspectiva de uma transformação do turismo, em uma direção pós-capitalista, dificilmente será possível sem uma mobilização cultural capaz de construir imaginários que dêem sentido de classe a uma certa forma de entender o lazer, a recreação e o turismo. E isso acontece, sobretudo, desmontando os andaimes de valores associados ao turismo, que têm sido construídos para criar necessidades, na

maioria da população, para serem resolvidos com o consumo. O escritor e cineasta italiano, Pier Paolo Pasolini, descreveu provocativamente a burguesia como sendo, mais do que uma classe social, uma doença contagiosa, devido à sua capacidade de impor e contagiar a maioria da população com seus próprios valores (PASOLINI, 1968). Portanto, uma proposta de turismo pós-capitalista também precisa de uma mobilização cultural que reconheça as necessidades de classe e suas formas de organização social, e que as valorize como algo próprio a ser reivindicado. A ação concreta das classes subalternas criará as formas que essa mobilização cultural adotará. No entanto, nossa tradição política, entendida em sentido amplo, também oferece recursos para retomar caminhos perdidos, como o apelo feito em 1977 a Enrico Berlinguer, secretário-geral do Partido Comunista Italiano, para o valor da austeridade como forma de desafiar o desenfreado consumismo (BERLINGUER, 1978). Ou a defesa de uma ética da autocontenção feita pelo poeta e ensaísta Jorge Riechmann, quando sustenta que nossas propostas de transformação social devem aceitar os limites do planeta e que, para isso, é preciso buscar o equilíbrio e o senso de proporção, e que isso implicaria um sentido ético que nos permitiria sair da lógica do crescimento infinito do capitalismo (RIECHMANN, 2004).

Apostar por esta via, em suma, implica defender uma política de turismo ecossocialista que contribua para consolidar posições em duas grandes vertentes de intervenção política. Em primeiro lugar, que o Estado estabeleça limites ao capital (na regulação da sua oferta produtiva, no plano urbanístico, na sua tributação, na promoção, nas infraestruturas, na fiscalização e regulamentação do trabalho, entre outros) e da organização social (sindicato, bairro, comunidade e ambientalista). E, em segundo lugar, sustentar propostas de turismo construídas tanto a partir do Estado quanto de fora dele, que estejam a serviço de grandes majorias e não apenas como formas de consumo passivo, mas como possibilidade de melhoria em saúde, bem-estar, educação, pensamento crítico e até mesmo como parte do desenvolvimento do potencial humano. O geógrafo marxista David Harvey argumenta com razão que “Não existe uma ideia moral boa que o capital não possa cooptar e transformar em algo horrendo” (DENVIER, 2021, n.p); e, no entanto, nenhuma prática social deveria ser excluída das aspirações de transformação em sentido emancipatório. As verdadeiras utopias de Erik Olin Wright seriam, portanto, as formas pelas quais é possível desafiar a ordem capitalista, aqui e agora, em múltiplos campos de atividade, também ao serviço de um outro turismo, utopias que marcam um horizonte de transformação pós-capitalista.

Referências bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. *Tesis sobre la filosofía de la historia y otros fragmentos*. Ciudad de México: Editorial Itaca y Universidad Autónoma de Ciudad de México, 2008.
- BERLINGUER, Enrico. *Austeridad. Una ocasión para transformar Italia*. Barcelona: Editorial Materiales, 1978.
- BURAWOY, Michael. “A Tale of Two Marxisms: Remembering Erik Olin Wright (1947 -2019)”. *Politics & Society*, v.48,n.4,pp. 467-494, 2020.
- BÜSCHER, Bram; FLETCHER, Robert. *La revolución conservacionista. Propuestas radicales para salvar la naturaleza después del Antropoceno*. Barcelona: Icaria Editorial, 2022.
- CAÑADA, Ernest; MURRAY, Ivan (Ed.). *Turistificación global. Perspectivas críticas en turismo*. Barcelona: Icaria Editorial, 2019.
- CAÑADA, Ernest; IZCARA, Carla (Ed.). *Turismos de proximidad. Un plural en disputa*. Barcelona: Icaria Editorial, 2021.
- CASELLAS, Antònia. (ed.). *J. K. Gibson-Graham: Hacia una economía postcapitalista o cómo retomar el control de lo cotidiano*. Barcelona: Icaria Editorial, Espacios Críticos, 2022.
- DENVIER, Daniel. David Harvey: "No existe una idea buena y moral que el capital no pueda apropiarse y convertir en algo horrendo". *Ctxt*, 20 de novembro de 2021. Disponível em: <https://ctxt.es/es/20211101/Politica/37891/David-Harvey-marxismo-capital-crisis-climatica-migraciones>.
- DEVINE, Jennifer; OJEDA, Diana. “Violence and dispossession in tourism development: a critical geographical approach”. *Journal of Sustainable Tourism*, v.25, n.5, pp. 605–617, 2017.
- ESTANQUE, Elísio; NEVES COSTA, Daniel. “Transformar o capitalismo com utopias reais: em torno do legado de Erik Olin Wright. Uma introdução”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v.124, pp.101-110, 2021.
- FETSCHER, Iring. *Condiciones de supervivencia de la humanidad. ¿Es posible salvar el progreso?* Barcelona: Editorial Alfa, 1988.
- FERNÁNDEZ BUEY, Francisco. *Marx a contracorriente. En el bicentenario del nacimiento del autor de El Capital*. Vilasar de Dalt: El Viejo Topo, 2018.
- FISHER, Mark. *Realismo capitalista. ¿No hay alternativa?* Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2016.
- FLETCHER, Robert; BLANCO-ROMERO, Asunción; BLÁZQUEZ-SALOM, Maciá; CAÑADA, Ernest; MURRAY MAS, Ivan; SEKULOBÁ, Filka. *Caminos hacia un turismo post-capitalista*. Barcelona: Alba Sud Editorial, Informes en Contraste, núm. 18, 2021.
- FRENCH, Nick. Cómo los filósofos analíticos entendieron el capitalismo. *Jacobin*, 13 de março de 2023. Disponível em: <https://jacobinlat.com/2023/03/13/como-los-filosofos-analiticos-entendieron-el-capitalismo/>
- GASCÓN, Jordi. *El turismo en la cooperación internacional. De las brigades internacionalistas al turismo solidario*. Barcelona: Icaria Editorial, 2009.
- GASCÓN, Jordi. “Tourism as a right: a “frivolous claim” against degrowth?” *Journal of Sustainable Tourism*, v.27, n.12, pp.1825-1838, 2019.
- IOANNIDES, Dimitri; DEBBAGE, Keith. “Post-Fordism and flexibility: the travel industry polyglot”. *Tourism Management*, v.18, n.4, pp. 229-241, 1997.

MASON, Paul. *Postcapitalismo: Hacia un nuevo futuro*. Barcelona: Paidós, 2016.

MLADENOVIC, Ivica. ¿De qué sirve la sociología si no está comprometida? **Viento Sur**, 14 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://vientosur.info/de-que-sirve-la-sociologia-si-no-esta-comprometida/>

MORENO PESTAÑA, José Luis. Anticapitalismo sin polarización: el desafío de Erik Olin Wright. **El Salto**, 14 de janeiro de 2022, 2022. Disponível em: <https://www.elsaltodiario.com/el-rumor-de-las-multitudes/anticapitalismo-sin-polarizacion-el-desafio-de-erik-olin-wright>

PASOLINI, Pier Paolo. Una malattia molto contagiosa. **Tempo**, 6 de agosto de 1968. Disponível em: https://pasolinilepaginecorsare.blogspot.com/p/il-caos_9.html.

RIECHMANN, Jorge. *Gente que no quiere viajar a Marte. Ensayos sobre ecología, ética y autolimitación*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2004.

RODRÍGUEZ, Olga. Ámsterdã proíbe los jets privados a partir de 2025 y amenaza centenares de llegadas a Ibiza. **El Independiente**, 5 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.elindependiente.com/economia/2023/04/05/amsterdam-prohibe-los-jets-privados-a-partir-de-2025-y-amenaza-centenares-de-llegadas-a-ibiza/>

SAITO, Kohei. *El capital en la era del Antropoceno*. Barcelona: Ediciones B, 2022.

SCHENKEL, Erika; CAÑADA, Ernest. Turismo social: una alternativa en disputa. **Alba Sud**, 28 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.albasud.org/noticia/es/1294/turismo-social-una-alternativa-en-disputa>

TOOZE, Adam. Chartbook #130 Defining polycrisis - from crisis pictures to the crisis matrix. **Chartbook**, 24 de junho de 2022.

Disponível em: <https://adamtooze.substack.com/p/chartbook-130-defining-polycrisis>

WRIGHT, Erik Olin. *Class Counts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

WRIGHT, Erik Olin. *Construyendo utopías reales*. Tradução Ramón Cotarelo. Madrid: Akal, 2014.

WRIGHT, Erik Olin. *Clases*. Tradução Faerna García-Bermejo e Ángel Manuel. Madrid: Siglo XXI, 2015.

WRIGHT, Erik Olin. “Is the Precariat a Class?” *Global Labour Journal*, v.7, n.2, pp. 123-135, 2016.

WRIGHT, Erik Olin. *Comprender las clases sociales*. Tradução Ramón Cotarelo García. Madrid: Akal, 2018.

WRIGHT, Erik Olin. Clarifying my final weeks. **CaringBridge**, 18 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.caringbridge.org/visit/erikolinwright/journal/view/id/5c425a8fec10033749f6d10c>

WRIGHT, Erik Olin. Sobre mis últimas semanas. **Sin Permiso**, 25 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.sinpermiso.info/textos/erik-olin-wright-1947-2019-dossier>

WRIGHT, Erik Olin. *Cómo ser anticapitalista en el siglo XXI*. Tradução Cristina Piña Aldao. Madrid: Akal, 2020.